

Brasil - Condições sociais



TCC/UNICAMP
V441r
1290003750/IE

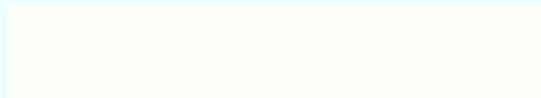
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

INSTITUTO DE ECONOMIA

RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA DOS DOMICÍLIOS POBRES NAS
DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL EM 2006

Mauricio Muciacito de Vasconcellos

Orientadora: Profª. Drª. Eugenia Troncoso Leone



TCC/UNICAMP
V441r
1290003750/IE

Campinas – Novembro de 2008

200900553

Orientadora: Profª. Drª. Eugenia Troncoso Leone

**RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA DOS DOMICÍLIOS POBRES NAS
DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL EM 2006**

Monografia apresentada à banca
examinadora do Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP) como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em economia.

Campinas – Novembro de 2008

CEDOC/IE/UNICAMP

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1 – Pobreza: o debate internacional nas últimas décadas	7
Capítulo 2 - A pobreza no Brasil.....	16
Capítulo 3 – Pobreza no Brasil: uma análise para o ano de 2006	25
3.1 - Dimensão renda	26
3.2 - Dimensão infra-estrutura domiciliar básica	28
3.3 - Dimensão bens domiciliares	34
3.4 - Índices.....	39
Capítulo 4 – Conclusões.....	45
Referências bibliográficas.....	47

Resumo

Tendo em vista a gravidade do problema da pobreza no Brasil, este trabalho teve por objetivo analisar as diferentes faces que ela assume nas diferentes regiões do país. Utilizando os dados da PNAD e adotando como universo de análise os domicílios brasileiros, o estudo contemplou três dimensões da pobreza: a renda, o acesso a infra-estrutura domiciliar, e a presença ou não de certos bens domiciliares. Os resultados mostram que a pobreza tem características específicas dependendo da região do Brasil e da situação censitária analisada e de nenhuma forma deve ser tratada como algo homogêneo. Assim, os esforços de combate à pobreza devem assumir caráter específico para as diferentes populações.

Palavras-chave: pobreza – domicílios – condições de vida

Introdução

A pobreza ainda continua sendo um gravíssimo problema no Brasil. Diversos trabalhos apontam que um contingente expressivo da população brasileira vive em condições muito abaixo do mínimo recomendado, mesmo passados anos de programas sociais com enfoque no combate a pobreza. A relevância é tanta que o tema tem sido objeto de estudo de organismos internacionais no período recente, com destaque para os trabalhos do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho. O elevado número de artigos acadêmicos de pesquisadores locais também mostra a posição central que a pobreza ocupa nas discussões dos cientistas sociais.

Tendo em vista a problemática da pobreza no país, este trabalho tem o objeto de traçar um quadro da pobreza no Brasil no ano 2006, último ano disponível na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. A idéia é tratar, principalmente, das diferenças de condições de vida da população considerada pobre, tanto a nível regional como dentro do próprio estrato de pobreza. Com isso é possível apontar algumas das diferentes formas de pobreza no Brasil no ano referido. O estudo foi feito com base na análise de alguns dos itens mais básicos de infra-estrutura domiciliar, aqueles que estão disponíveis para a quase totalidade dos domicílios nas sociedades com alto grau de desenvolvimento. Os itens selecionados são aqueles considerados essenciais para o bom funcionamento das unidades domiciliares. Também foram incluídos na pesquisa alguns bens de consumo duráveis.

Partindo da premissa de que a pobreza tem múltiplas facetas, dentre elas a diferença na qualidade de vida proporcionada pelos itens de infra-estrutura básica e pelo acesso a certos bens de consumo duráveis, a hipótese adotada é de que existem diferentes formas de pobreza dentro do estrato considerado pobre e entre os pobres das diferentes regiões do país, e de que uma das formas disso ser visualizado é pela análise das condições de vida dos que vivem abaixo de uma linha de pobreza.

A presente monografia está dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta um resumo do debate sobre a pobreza ocorrido no âmbito internacional nas últimas décadas, tratando principalmente das transformações na abordagem do tema e na evolução das formas de mensurar a pobreza no período considerado. O capítulo 2 mostra de forma resumida a discussão específica

para o caso brasileiro, destacando as causas e a mudança no perfil da pobreza ao longo das últimas quatro décadas. O terceiro capítulo foi reservado para a demonstração dos resultados da pesquisa e sua análise, mostrando que há sim importantes diferenças entre as condições de vida da população pobre nas diferentes regiões do Brasil quando consideramos a infra-estrutura domiciliar e o acesso a bens de consumo duráveis. Finalmente, o quarto e último capítulo foi dedicado às conclusões do trabalho.

Capítulo 1 – Pobreza: o debate internacional nas últimas décadas

O conceito de pobreza está diretamente ligado à noção de privação, de falha no atendimento das necessidades. A definição é extremamente vaga, tornando o tema objeto de interminável debate. Devido a sua envergadura e complexidade, toda discussão sobre pobreza acaba sendo sujeita a diversos juízos de valor, visto que o assunto é discutido por uma infinidade de atores como governos, organismos internacionais, grupos da sociedade, etc, todos com diferentes ideologias e interesses distintos. Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de apresentar resumidamente a evolução do debate sobre a pobreza no decorrer das últimas décadas, explicitando as contribuições dos principais autores que discutiram o tema. Também será tratada a evolução das formas de mensuração da pobreza, citando os principais indicadores formulados pelos organismos internacionais. Para fins de simplificação e para tornar o texto mais didático, este capítulo adotará a teoria de autores como Hagenaars e De Vos (1988, *apud*, KAGEYAMA e HOFFMANN, 2003), que argumentam que qualquer definição de pobreza pode ser enquadrada numa destas três categorias: pobreza relativa, pobreza absoluta e pobreza subjetiva.

A definição do caráter relativo da pobreza começou a tomar forma nos países centrais europeus logo depois do período de reconstrução do pós-II Guerra Mundial. A principal característica dessas nações era o fato de que o papel do Estado não era apenas o de garantir os direitos civis da população, mas também passava pela criação e regulação de todo um aparato de proteção social que foi determinante para a garantia do padrão de vida nas sociedades modernas, no que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social (CODES, 2008). Na década de 1970, porém, ocorreram mudanças importantes nesse modelo de sociedade. A causa primordial foram as profundas alterações que aconteceram no seio do próprio sistema capitalista, atribuídas principalmente ao esgotamento do meio de produção fordista. O geógrafo David Harvey, importante estudioso desse período, chama o modelo de produção que substituiu o fordismo de “modelo de acumulação flexível”, justamente porque contrasta com a rigidez e a disciplina do sistema anterior (1992, *apud*, CODES, 2008). Como destaca Harvey, o fundamental nesse período é a “(...) flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, ou seja, a aplicação do novo modelo não ficou restrita apenas as fábricas,

mas acabou por influenciar toda a sociedade. Além disso, o autor continua:

“A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.” (HARVEY, 1992, p. 140)

O saldo do processo foi a diminuição da estabilidade no trabalho, levando a um significativo aumento do número de desempregados e à piora condições de trabalho em geral. O emprego na indústria de transformação acabou sendo o mais prejudicado e a população se viu obrigada a trocar a antiga segurança por postos de trabalho mais precários, geralmente no setor de serviços.

Essa nova forma de organização da sociedade fez com que os cientistas sociais dos países desenvolvidos percebessem que o crescimento econômico isoladamente não garantia o aumento do bem-estar dos grupos marginalizados (ROCHA, 2003). Por ter surgido no espaço territorial dos países centrais, de alto grau de desenvolvimento socioeconômico e após um grande período de progresso, foi enfatizado o componente relativo da pobreza. As idéias de Peter Townsend acabaram por se tornar o símbolo dessa nova teoria. Este autor considerava que a clássica análise da pobreza, que considerava a subsistência, era inadequada porque tratava os indivíduos como meros consumidores de bens materiais, omitindo sua atuação como participantes ativos dos complexos círculos sociais. As pessoas, para ele, têm necessidades que vão muito além da simples busca pelo bem-estar material. Townsend atesta que a teoria que ele combate favorece o argumento de que o mero crescimento do produto é suficiente para combater a pobreza, uma vez que para ela seria necessária apenas a distribuição da riqueza gerada (TOWNSEND, 1993).

A nova abordagem diz que a pobreza é determinada pelo contexto social em que se vive, já que a relação entre privação e renda é mutável no tempo e entre as diferentes comunidades. Justamente por isso Townsend, em artigo de 1965, compara o ser pobre a ser alto ou baixo, gordo ou magro, ou seja, é necessária a existência de um referencial para colocar um indivíduo em

qualquer uma dessas classificações (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2003). A pobreza relativa é, então, estabelecida por comparação. O pobre é definido como aquele que não possui a capacidade de agir de modo satisfatório no conjunto social em que vive, ou seja, é aquela que é privado de participar ativamente dos diversos aspectos da vida em sociedade, incluindo aí o trabalho, a vida em família, a relação com a vizinhança, etc (ROCHA, 1997). O autor continua sua argumentação sugerindo que a existência de pobreza em uma sociedade é resultado de uma estrutura social que a condiciona e que a resolução do problema passaria obrigatoriamente por um complexo aparato de crescimento econômico, redistribuição de renda e mudanças nas relações institucionais e no mecanismo de comércio.

A pobreza, vista por essa ótica, tem relação direta com a “denegação dos direitos de cidadania” (CODES, 2008), o que é perfeitamente razoável dado o momento histórico, uma vez que foram exatamente os programas que garantiam a plena existência desses direitos que o Estado deixou de oferecer com o fim da política do bem-estar social. Vera da Silva Telles faz uma defesa fortíssima dessa idéia, afirmando que:

“(...) no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos” (TELLES, 1999a, p. 129, apud. CODES, 2008).

A discussão sobre a pobreza posteriormente se espalhou pelo mundo, chegando a países com diferentes graus de desenvolvimento. A noção de pobreza como algo relativo se mostra inadequada quando aplicada aos países subdesenvolvidos, onde o fenômeno tem características totalmente distintas daquelas observadas nas populações que originaram essa teoria. Nessas sociedades em especial a preocupação com a questão da pobreza teve impulso com a percepção de que milhões de pessoas viviam em situação de miséria, principalmente naqueles países que conseguiram sua independência após a II Guerra Mundial (CODES, 2008). Para essas sociedades o mais adequado ainda é a utilização do conceito de pobreza absoluta, que está diretamente

ligado à questão da sobrevivência física. O filósofo e economista indiano Amartya Sen tem grande influência nessa fase do debate. Para ele a pobreza possui uma irredutível essência absoluta, e características como fome e inanição são sinais claros de *déficit* no atendimento das necessidades básicas, independente da posição do indivíduo na escala social (SEN, 1983). Esta é uma idéia que serve de contraponto a teoria da pobreza relativa, que não consideraria como pobre uma população em que, radicalizando o argumento, todos passassem fome, afinal não existiriam grupos marginalizados nessa sociedade.

Sen, porém, vai além da abordagem das necessidades fundamentais e define a pobreza como privação das “capacidades básicas”, que nada mais são do que as capacidades que possibilitam ao indivíduo levar uma vida que ele considere plena (CODES, 2008). O que causa a pobreza não é a quantidade de bens e serviços existentes em uma determinada comunidade, mas sim a incapacidade de certos grupos de obtê-los. Porém sua visão da pobreza é mais profunda, uma vez que não é a apenas a utilidade gerada pela posse de certos bens que servirá de medida para o bem-estar, mas sim a capacidade do indivíduo de utilizá-los para alcançar a plenitude em sua existência. Essas capacidades dependem não só da posse de bens materiais mas também de características individuais, como a habilidade para fazer algum trabalho específico, a qualificação para executar determinado serviço, e mesmo medidas subjetivas como o respeito próprio e o respeito que a pessoa goza na sociedade. O foco de Sen é justamente a vida que o indivíduo leva, considerando o que ele pode ou não fazer e o que ele pode ou não ser, e não aquilo que é mostrado pelos indicadores quantitativos. O autor, porém, reconhece que a baixa renda é uma das principais causas da pobreza, uma vez que em muitos casos este é o principal obstáculo para que se possam realizar as capacidades. Por isso a insuficiência de renda continua sendo um *proxy* bastante utilizado para definir os beneficiados pelas políticas de erradicação da pobreza. Isto é especialmente verdadeiro nos casos dos países em desenvolvimento, mas mesmo nações desenvolvidas, como Estados Unidos e Canadá, a pobreza ainda é encarada tendo em vista sua face absoluta (CODES, 2008).

No âmago do debate também surge um terceiro conceito de pobreza, a pobreza subjetiva. Por essa ótica, pobres são aqueles que consideram seu nível de renda abaixo do que seria exatamente suficiente para viver, adotando um critério pessoal. Durante muito tempo esse

terceiro tipo de pobreza ficou restrito às pesquisas nos países desenvolvidos, uma vez que em países mais pobres sempre houve predominância de pesquisas direcionada para a questão da pobreza absoluta. O Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000-2001, do Banco Mundial, porém, foi feito com base num projeto denominado “Consulta aos pobres”, cujo objetivo era justamente trazer esse tipo de análise aos países periféricos. A pesquisa apresentou alguns resultados novos e que seriam dificilmente captados pelos métodos tradicionais de análise. Por ela ficou-se sabendo que as pessoas se sentem pobres não apenas quando tem pouca riqueza material, mas também quando correm o risco de perder o que tem, em caos, por exemplo, que não se sentem seguras sobre a continuidade da renda que auferem. Outra descoberta foi que os pobres dos países em desenvolvimento têm pouco poder político. Isto foi percebido quando essas pessoas descreveram o tratamento recebido em repartições públicas e demais instituições. Trabalhos desse tipo mostram-se importantes para tentar entender a percepção do indivíduo quanto a sua posição social, fugindo um pouco da frieza dos indicadores estatísticos, muitas vezes influenciados por critérios que não correspondem à realidade.

A discussão internacional foi importantíssima para que se desenvolvesse o conceito de multidimensionalidade da pobreza. As idéias surgidas do debate influenciaram toda a comunidade acadêmica e chegou aos organismos internacionais que estudavam o tema pobreza nos anos 1990. A partir daí começou-se a difundir a idéia de pobreza humana integrada, que nada mais é do que a combinação entre os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa, misturando o atendimento das necessidades básicas a questões como desigualdade na distribuição de renda, por exemplo. Hoje é seguro dizer que a maioria dos estudiosos assume que a questão tem várias facetas, se manifestando de forma diferente em cada população e, portanto, exigindo medidas específicas visando a sua erradicação. Idéias antigas como a de que o crescimento econômico por si só é capaz de garantir o bem-estar de toda uma população são ultrapassadas e raramente consideradas nas análises.

A pluralidade nas definições da pobreza influencia diretamente na forma de medi-la, tornando-se necessária a criação de instrumentos capazes de medir a pobreza relevante. Existem duas formas principais de delimitar a extensão da pobreza: a formulação de linhas de pobreza e a utilização de indicadores diretamente ligados ao bem-estar físico da população. A primeira está

em consonância com a ótica da pobreza relativa, enquanto a segunda é adequada ao conceito de pobreza absoluta. É patente que a formulação desses medidores de pobreza seguiu a cronologia do desenvolvimento teórico da definição de pobreza. As linhas de pobreza são funcionais para delimitar a população carente em economias altamente monetizadas, em que as transações via mercado representam quase a totalidade das relações de troca. Em situações assim, os níveis de rendimento acabam por se tornar *proxy* da qualidade de vida. Em economias menos desenvolvidas, porém, um contingente expressivo da população pode se encontrar à margem da sociedade, na subsistência. Populações assim podem carecer de meios monetários para efetuar trocas e se utilizam do escambo ou da produção para auto-consumo. A utilização dos indicadores de bem-estar físico, então, torna-se adequada para tratar da pobreza absoluta, mesmo porque esse método é capaz de levar em consideração o peso dos bens e serviços públicos no bem-estar.

Assim como as próprias definições de pobreza, a forma de mensurá-la também não está livre de subjetividades. O conceito de determinação de uma linha de pobreza por si só já é polêmico, uma vez que é muito difícil delimitar um nível de rendimento suficiente para suprir as necessidades básicas, mesmo porque não é possível ser totalmente imparcial na própria determinação do que é ou não indispensável para sobreviver. A seleção dos indicadores de bem-estar físico também está longe de ser algo consensual, principalmente quando tenta se levar em conta outras necessidades que não as alimentares. Não há como medir o impacto das condições de educação, saúde e habitação, por exemplo, no bem-estar sem fazer determinadas aproximações, muitas vezes grosseiras, e que podem não refletir a verdadeira condição da população. Um grande problema é também a utilização indevida desses medidores de pobreza. Há, em alguns casos, uma tendência à disseminação do uso de linhas de pobreza para situações em que a simples medida do rendimento está longe de representar a verdadeira face do problema. Como exemplo temos organismos internacionais como Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), todos utilizando o conceito de linhas de pobreza mundiais no valor de um ou dois dólares *per capita* por dia (POSCHMANN, 2004). Sanjay Reddy (2008), da Universidade de Columbia, critica essa metodologia por considerar que ela subestima a pobreza em determinadas regiões, mesmo quando se utiliza uma ponderação por paridade de poder de compra. A

argumentação de Reddy gira em torno da completa arbitrariedade na determinação dessas linhas de pobreza, o que torna viesada a comparação entre países e regiões. Como caso ilustrativo ele cita a América Latina, em que o percentual de pobres medido pelo Banco Mundial chega a ser pouco superior da metade do medido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que leva em conta componentes nutricionais na determinação de suas linhas de pobreza.

É importante constatar, porém, que estão sendo feitos esforços no sentido de criar formas mais desenvolvidas de mensuração da pobreza, que levem em consideração as teorias surgidas ao longo do debate das últimas décadas. No âmbito internacional isso começou a tomar forma a partir do ano de 1990, quando a questão pobreza se tornou central na agenda dos organismos multilaterais. O objetivo desses atores passou a ser a criação de um índice sintético e culturalmente neutro de mensuração da qualidade de vida, que possibilitasse comparações entre países e entre o mesmo país no tempo. O índice procuraria conciliar tanto o conceito de pobreza relativa quanto o de pobreza absoluta.

A idéia não era nova. A comunidade acadêmica vinha desde o final dos anos 1960 desenvolvendo índices desse tipo, porém nenhum deles era destinado exclusivamente a medir a pobreza. Nos primórdios, os índices consideravam apenas componentes que atuam para o bem-estar físico, descartando o componente monetário. A contribuição mais importante nesse período foi a de Morrys e Liser, que criaram em 1977 o chamado *physical quality of life index* (PQLI), índice que levava em conta a mortalidade infantil, a esperança de vida com um ano de idade e a taxa de alfabetização. Muitos não o consideravam culturalmente neutro porque ele levava em conta o progresso social como entendido nas sociedades desenvolvidas por causa do peso que dava à alfabetização (ROCHA, 2003). A experiência serviu de base para a criação do índice de desenvolvimento humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Esse índice também considera três indicadores básicos: esperança de vida ao nascer, nível educacional e PIB *per capita*. O relatório do PNUD, da época da criação do índice, considera que a verdadeira riqueza de uma nação é sua própria população, e que o desenvolvimento humano acontece quando se oferecem mais oportunidades às pessoas. A mensuração dos níveis de desenvolvimento humano como definido pelo PNUD implicaria em uma grande quantidade de indicadores que seriam de difícil manipulação e poderiam até causar

confusão nos formuladores de política (ROMÃO, 1993). Justamente por isso foi feita a opção por um índice simplificado, que leva em conta apenas as três variáveis explicitadas. A esperança de vida ao nascer serve como *proxy* da longevidade, o nível educacional é uma aproximação do conhecimento e o produto *per capita* representaria o nível de vida da população. Duas modificações feitas o diferem do PQLI. A primeira é a utilização de um indicador de renda e o segundo é a forma de se considerar o nível educacional, que leva em maior conta as especificidades locais. O resultado é uma maior neutralidade cultural no resultado. A crítica ao IDH reside na incapacidade de se averiguar as diferenças dentro do país, uma vez que ele não leva em consideração casos extremos, apenas a média nacional. Assim, por exemplo, nada é dito sobre a concentração de renda, já que se analisa apenas a renda *per capita*. Comparações entre países com indicadores próximos podem se tornar viesados desse modo. Além disso, o índice não capta outras condições relevantes para o nível de desenvolvimento humano como liberdade política, segurança, direitos, entre outros.

É bom lembrar que o IDH não é um índice utilizado para medir a pobreza. Sua importância para o tema reside no fato de que ele serviu de inspiração direta para que o próprio PNUD desenvolvesse um novo índice sintético, focado exatamente nessa questão. O resultado foi que foi o chamado índice de pobreza humana (IPH), apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997, cuja principal função é dimensionar o nível de privação de uma determinada sociedade. A principal característica desse índice é ter uma composição diferente dependendo do grau de desenvolvimento do país. Assim, o IPH-1, utilizado para medir a pobreza em países subdesenvolvidos, leva em conta apenas indicadores de bem-estar físico, quais sejam: percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos, proporção de adultos analfabetos, proporção da população sem acesso a água tratada e proporção de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente. O IPH-2, desenvolvido para os países com maior grau de desenvolvimento, inclui mais dois indicadores: proporção de pobres medida a partir de uma linha de pobreza específica do país e dificuldade de inserção no mercado de trabalho, definida pelo contingente de pessoas desempregadas há mais de 12 meses. Fica bastante claro que o IPH é uma evolução quando comparado a outros índices e consegue conciliar a definição de pobreza como insuficiência de renda com o conceito de bem-estar físico, característica que é

importante porque trata a pobreza de uma perspectiva multidimensional. Obviamente ele não é um indicador perfeito e livre de críticas, mas seu valor não pode ser subestimado, uma vez que ele mostra como todo o debate sobre a da pobreza foi proveitoso e colocou o tema de uma vez por todas no centro da agenda de discussão dos governos, entidades de pesquisa, grupos da sociedade e organismos internacionais.

Capítulo 2 - A pobreza no Brasil

A pobreza num país como o Brasil tem forte relação com a questão da desigualdade social. Sonia Rocha (2003) elabora uma tipologia que separa os países em três grupos, quando o assunto é a pobreza. O primeiro é constituído daqueles em que a renda nacional é insuficiente para suprir as necessidades básicas de todos os seus cidadãos, formando um quadro em que a ocorrência da pobreza absoluta é inevitável. O segundo grupo inclui países de alto grau de desenvolvimento econômico e social, onde a renda *per capita* é elevada e as desigualdades são minimizadas por um forte aparato de assistência social. Nesses casos a pobreza é uma questão estritamente relativa. O terceiro grupo é formado por países que estão em uma situação intermediária, países em que a renda *per capita* mostra-se suficiente para erradicação da pobreza absoluta e sua existência é uma questão de má distribuição de renda. É nesse último grupo que o Brasil se enquadra.

Compartilhando dessa visão, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em artigo publicado em 2001, é categórico ao afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Considerando a pobreza como insuficiência de renda, o IPEA compara a situação brasileira com o resto do mundo e, principalmente, com os países com renda *per capita* semelhante. A conclusão é de que 64% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira. Analisando em termos de população, a situação é ainda mais favorável: cerca de 77% da população mundial têm renda inferior à da população brasileira, colocando o país entre o um terço mais rico dos países do mundo. O grande problema, então, reside na distribuição de excedente social entre a população. A comparação da proporção de pobres no país com os demais países de renda *per capita* semelhante mostra uma situação preocupante. Enquanto 30% da população brasileira é considerada pobre pelo IPEA, esse número cai para 10% nos países comparados. De fato, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano, um país com as características do Brasil deveria ter uma proporção de pobres de cerca de 8% da população. Tendo em vista esses dados, não resta dúvida de que a pobreza pode ser considerada a expressão extrema da desigualdade social.

As causas da pobreza na América Latina, e consequentemente no Brasil, foram

exaustivamente discutidas pela Cepal. Raúl Prebisch, já na década de 1940, apontava os limites do modelo primário-exportador, que relegava grande parte da população a uma condição de vida miserável. Oliveira e Henrique (1990) sistematizam o pensamento cepalino. A principal causa da desigualdade, segundo a Cepal, é a dualidade estrutural presente na periferia, ou seja, a convivência do arcaico com o moderno. O setor arcaico não possui dinamismo para crescer a uma taxa suficiente para incorporar a mão-de-obra surgida do crescimento vegetativo da população rural. Esse exército de trabalhadores excedente, então, procura emprego nos setor moderno, que também é incapaz de crescer de forma a empregar os trabalhadores provenientes do crescimento da população economicamente ativa do próprio setor mais os expelidos do setor arcaico. O resultado é a perpetuação de uma oferta infinita de mão-de-obra para o setor mais dinâmico, que pressiona os salários para baixo e impede que os ganhos de produtividade sejam repassados para os trabalhadores. A desigualdade e a pobreza têm origem nesse processo.

O mecanismo de propagação desigual do progresso técnico explica porque o simples crescimento econômico nos países periféricos, fruto da industrialização, falha em elevar as condições de vida da totalidade da população. Celso Furtado, retomando a idéia original de Prebisch, dá uma grande contribuição ao tratar desse tema. O autor considera o capitalismo como um processo de difusão irregular de progresso técnico. As tecnologias surgem no centro e depois se difundem para a periferia. Os saltos tecnológicos, nessa dinâmica, não estão inscritos no processo de desenvolvimento dos países periféricos. O resultado é que o progresso não atinge os setores que respondem pela satisfação das necessidades básicas da população. O problema maior é que o crescimento econômico se dá pela modernização dos padrões de consumo, a introdução de produtos que exigem uma escala incompatível com o excedente social dos países em desenvolvimento. O resultado é a exclusão da maior parte da população do novo estilo de vida. A população mais pobre fica, então, relegada ao subemprego, ou seja, seu setor de atividade não se relaciona com os setores mais ricos, apenas com os demais setores marginalizados. Sendo assim, a modernização capitalista feita dessa forma, quando chega aos países onde já existe pobreza, não resolve o problema da desigualdade. Pelo contrário, o aumento da produtividade acaba por aumentar a distância de condições de vida entre os membros da sociedade, tornando cada vez mais difícil a solução desse problema.

A característica fundamental da visão de Prebisch e Furtado é a de que ela não leva em conta apenas os efeitos da estrutura produtiva montada no processo de industrialização como causa da exclusão social e da desigualdade, mas também características da formação histórica de nossa sociedade, anteriores, portanto, ao processo de modernização.

Um aspecto importantíssimo da miséria no caso brasileiro é a questão agrária. É inegável que grande parte da população rural vive em uma situação de pobreza alarmante. A rápida modernização do campo somada às altas taxas de crescimento vegetativo da população que vive da agricultura contribui para que haja um grande número de desempregados que se deslocam para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Diversos autores consideram o regime de propriedade da terra, que remonta aos tempos do Brasil colônia, como umas das principais causas da pobreza rural. O sistema latifundiário garante que uma pequena parte de proprietários rurais se apropriem da maior parte da renda, relegando grande parte dos pequenos produtores a uma agricultura de subsistência, ainda marcada por práticas muito atrasadas. Deve-se notar também que essa população marginalizada acaba por servir a grande agricultura capitalista como mão-de-obra barata, sem direito a qualquer aparato de proteção social (LEONE, 1994).

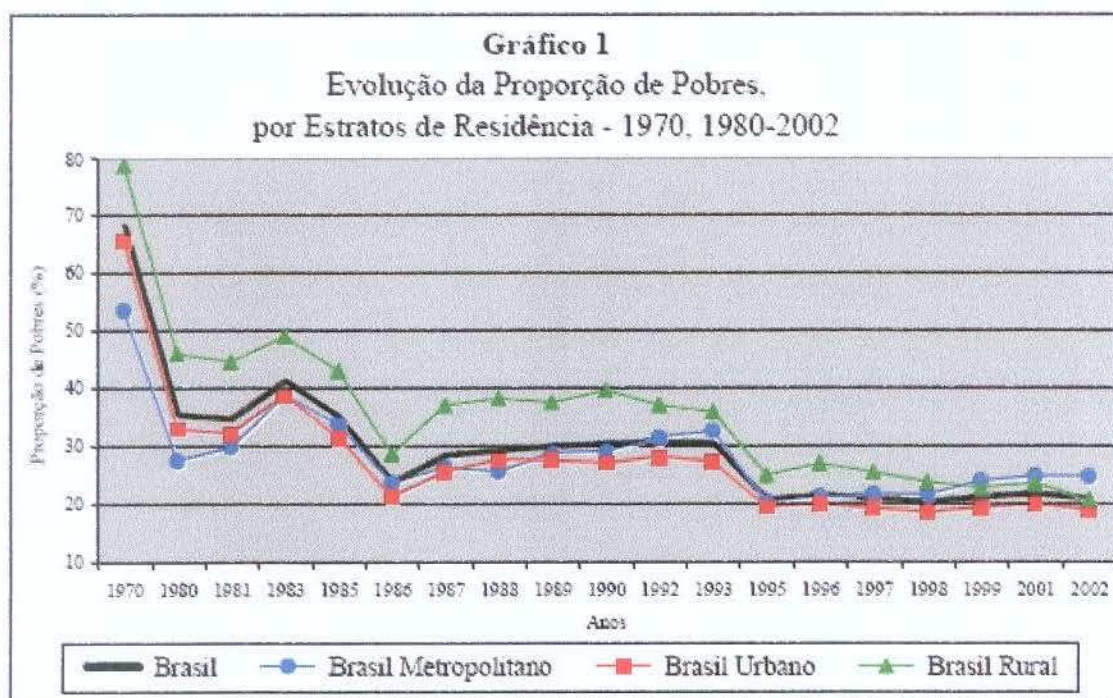
Outro aspecto da problemática do campo é o grande poder de influência que emana da classe dos grandes proprietários rurais, que obtém sucesso ao transferir para si as benesses dos programas de auxílio do Estado à agricultura. Resultado disso é que a modernização da produção, vista nas últimas décadas, aumentou a renda agrícola, mas não melhorou as condições de vida da população do campo.

A pobreza urbana, como explicada por Tavares (1992, apud, LEONE, 1994), tem forte relação com um mercado de trabalho dependente da dinâmica da produção capitalista, que ao mesmo tempo cria e destrói muitas oportunidades de emprego. As grandes empresas não conseguem oferecer postos de trabalho que contemplem toda a população, deixando uma parte dela excluída desse mercado formal. A massa marginalizada tende a aumentar por causa dos migrantes rurais e, em alguns casos, não consegue vender nem sua força de trabalho, ficando restrita a trabalhos sem qualquer regularidade ou o mínimo de segurança.

O dualismo estrutural descrito por Prebisch se apresenta no Brasil da forma descrita. O

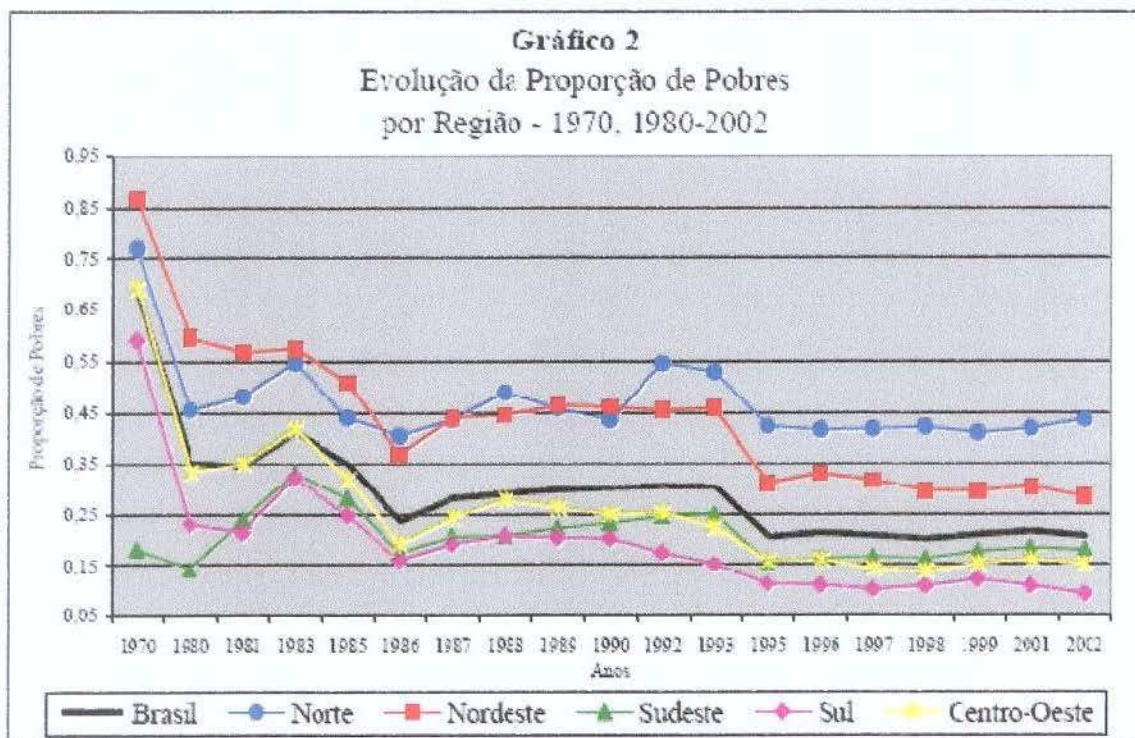
arcaico é representado pela agricultura de subsistência ou para produção local e pelos empregos que exigem baixíssima qualificação e cuja produção tem baixo valor agregado nas cidades, enquanto o moderno pode ser visto como o setor agrário exportador e a grande indústria. Devido ao baixo dinamismo, causado pelo grande descompasso entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas nacionais e os padrões de consumo da parte mais abastada da população, o setor moderno não consegue absorver nem a população proveniente do crescimento vegetativo nem os que são expulsos do setor arcaico, dando origem ao que Tavares chama de “corporações de miséria”.

O perfil da pobreza no país sofreu uma série de alterações nas últimas décadas. O gráfico 1 mostra a evolução da pobreza no Brasil nos últimos trinta anos. A proporção de pobres foi calculada por Sonia Rocha e leva em conta o Brasil como um todo e a situação censitária. As linhas de pobreza foram determinadas com base nos Censos Demográficos e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e são diferentes para cada região do país. Para mais detalhes a determinação das linhas de pobreza ver Rocha, 1988.



Fonte: Rocha, 2004

O gráfico mostra que o Brasil era um país essencialmente pobre no início da década de 1970, com quase 70% da população vivendo em situação precária. Nota-se também que a pobreza brasileira era preponderantemente rural, uma vez que ainda estava ocorrendo o processo de urbanização e grande parte da população ainda vivia no campo. No decorrer da década, porém, o excepcional crescimento do produto interno bruto brasileiro permitiu aumentos generalizados nos rendimentos. No fim dos anos 70, a proporção de pobres já era de pouco mais de 35%. Há importantes diferenças, porém, na forma como se comportou a evolução da pobreza nas diferentes regiões do país nesta época de “milagre econômico”, como mostra o gráfico 2. A diminuição da pobreza absoluta foi expressiva em todas as grandes regiões, porém à custa do aumento das desigualdades regionais e sociais. A diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos se alargou e a diminuição da pobreza foi muito menor nas regiões menos dinâmicas do país. Sonia Rocha (2003) mostra que a participação das regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste no total de pobres do Brasil aumentou de, respectivamente, 38,5% e 9,8% para 49,1% e 12,3% entre 1970 e 1980. Chama atenção também a variação do hiato de renda – diferença entre o rendimento médio dos pobres e a linha de pobreza utilizada – que diminuiu radicalmente no período, indicando que a pobreza absoluta havia se tornado uma questão de distribuição de renda na década de 1970.



Fonte: Rocha, 2004

Nos anos 1980 a economia se desaqueceu e o número absoluto de pessoas pobres se manteve praticamente constante (ROCHA, 2003), porém ocorreu sensível mudança no perfil da pobreza. Houve aumento na proporção de pobres no início da década por causa da recessão econômica e uma pequena recuperação com o Plano Cruzado e a recuperação do crescimento do produto no meio do período. A aceleração inflacionária no final da década, porém, reverteu boa parte desses ganhos e manteve a tendência de aumento da proporção de pobres até o final dos anos 1980. A região Nordeste foi a que obteve o melhor desempenho na questão da redução do número de pobres no período, enquanto que as regiões metropolitanas do Sudeste tiveram o problema agravado. Apesar da questão da pobreza ainda ser gravíssima nas regiões Norte e Nordeste, a década de 1980 é marcada pela ampliação da pobreza urbana. Rocha explica que os movimentos de *stop and go* a que a economia brasileira ficou sujeita no período comprometeram mais seriamente as regiões onde havia maior dinamismo econômico, por isso o impacto sobre a população urbana.

A década de 1990 é marcada pela estabilização no plano macroeconômico e pelo processo

de reestruturação produtiva, resultado da abertura da economia. Entre os anos de 1993 e 1995 há forte redução da pobreza, devida basicamente a três fatores: estabilidade dos preços dos alimentos, que são mais representativos na cesta de consumo da população com menor renda, crescimento da demanda dos bens *non-tradeables*, influenciando positivamente principalmente o rendimento dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços, em particular daqueles recebendo rendimentos baixos; e o aumento do salário mínimo em 42% em maio de 1995 (ROCHA, 2004). Laura Tavares (2002), porém, argumenta que o saldo desse ajuste macroeconômico foi o aumento da desigualdade social. Ela sugere que o hiato de renda aumentou após o Plano Real, em 1994, bem como a distância entre os pobres e os ricos, recuperando-se apenas no final da década. O grande problema da década foi o desemprego causado no setor industrial pela modernização proporcionada pela reestruturação produtiva. Tavares constata que a renda familiar *per capita* das famílias pobres após o Plano Real é menor quando comparada ao período anterior, e os índices de desemprego aberto e subemprego (empregos com remuneração abaixo do salário mínimo) aumentaram na década.

O início dos anos 2000 segue a tendência fixada durante a década de 1990. Indicadores mais recentes, no entanto, mostram uma melhora substancial na proporção de pobres, muito por causa da expansão dos programas de transferência de renda, um dos pilares do governo Lula. Ocorre também na década uma reversão na situação do mercado de trabalho, com uma expansão constante do setor formal todos os anos. A pobreza, no entanto, ainda acomete um contingente enorme da população brasileira. A discussão atual sobre o tema relaciona pobreza e crescimento econômico. Antunes, Gimenez e Fagnani (2006) apontam a falta de comprometimento do governo federal com o crescimento do produto como uma das causas da perpetuação da pobreza no Brasil. Os autores analisaram a experiência internacional e a brasileira nas últimas décadas para concluir que a diminuição da pobreza tem relação inequívoca com a expansão da economia. A argumentação vai na direção de que o crescimento do produto permite promoção do bem-estar social através do aumento do gasto *per capita* com saúde, educação e outros condicionantes da qualidade de vida. Assim, é errônea a idéia de que o Brasil já gasta muito com a área social. O orçamento para essa área, quando medido em proporção do PIB, é comparável ao dos países de maior desenvolvimento, mas quando é analisado o gasto *per capita*, o Brasil ainda fica muito

distante dos padrões das nações do centro.

A pobreza no Brasil historicamente foi tratada tendo em mente seu conceito absoluto, o que considera somente o mínimo necessário à reprodução humana. A economia monetizada permite que a pobreza absoluta seja delimitada na forma de linhas de pobreza ao invés de determinantes de bem-estar físico. As linhas de pobreza podem ser de dois tipos: arbitrárias ou observadas. As pertencentes ao primeiro caso são aquelas que não garantem que as necessidades básicas dos indivíduos sejam plenamente atendidas. Um exemplo claro é a linha de pobreza de US\$1 ou US\$2 por dia adotada pelo Banco Mundial, mesmo tendo em vista a disparidade entre as necessidades básicas e o custo de vida nas diferentes sociedades. No caso brasileiro costuma-se adotar um múltiplo do salário mínimo. Mas, mesmo tendo um valor único para todo território nacional, pode-se criticar sua utilização uma vez que ele ignora as diferenças regionais e urbano-rurais de custo de vida. Outro problema é que o salário mínimo de forma alguma reflete o custo de atendimento das necessidades básicas.

As linhas de pobreza observadas, baseadas nas pesquisas de orçamento familiar, possuem a vantagem de representar de forma muito mais precisa a estrutura de consumo das famílias de baixa renda. De fato, a precisão é muito grande se trata de estimar a cesta alimentar básica, uma vez que se pode delimitar com clareza as necessidades nutricionais de uma população. O consumo não-alimentar, porém, é um valor arbitrário, já que não existe base teórica para sua determinação. A formulação de linhas de pobreza através do consumo observado é o procedimento mais correto, porém esbarra na falta de informação, principalmente quando se trata de regiões não metropolitanas. A realização do Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef), em 1974/75, por ser completa e privilegiar todo o território nacional, foi fundamental para o surgimento de diversos trabalhos que se utilizaram de linhas de pobreza observadas nos anos 1980 no Brasil. Não obstante, esse foi um caso único. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela primeira vez em 1987/88, por exemplo, fica restrita às regiões metropolitanas, além de Brasília e Goiânia. Os trabalhos referentes à zona urbana não metropolitana e rural ainda dependem dos dados da Endef que, mesmo quando atualizados por algum critério, podem estar bem distantes da realidade.

A escassez de dados explica o porquê das linhas de pobreza arbitrárias ainda serem tão

populares nos trabalhos sobre a pobreza no Brasil. Nesse caso, a fonte primordial de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo IBGE.

Os diferentes critérios na elaboração das linhas de pobreza levam a resultados muito diversos. Marcio Pochmann (2006) enumera uma série de indicadores que tentam definir o panorama da pobreza no país. Os resultados divergem muito. Segundo levantamento do autor, enquanto o Banco Mundial estimava o número de pobres em 20 milhões de pessoas em 2006, o IPEA estimava esse valor em 57 milhões de pessoas para o mesmo ano, indicando a clara dificuldade que é chegar a um consenso. Pochmann argumenta também que, devido à estreita relação entre pobreza e desigualdade no caso brasileiro, seria mais adequada a utilização do critério de pobreza relativa para medir seu tamanho. Outra desvantagem das linhas de pobreza apontadas pelo autor é que elas ocultam as desigualdades existentes dentro da população considerada pobre.

A existência desses diversos estudos sobre a pobreza demonstra que há uma grande preocupação com o tema no período recente. A discussão se mostra cada vez mais complexa e, portanto, longe de acabar. Ao mesmo tempo em que surgem novas interpretações para o problema, existe a possibilidade de aparecimento de novas soluções. O caso brasileiro é especialmente complexo devido a relação entre pobreza e desigualdade. É notável que os recursos para a erradicação do problema existem e a questão é muito mais de distribuição de renda do que de geração de riqueza. Um debate rico, como o que está ocorrendo, pode apontar a direção certa a se seguir nesse caso.

Capítulo 3 – Pobreza no Brasil: uma análise para o ano de 2006

A complexidade e a extensão do debate da questão pobreza, tanto a nível internacional quanto nacional, por si só já demonstram que ela não pode ser entendida como algo único e facilmente definível. A pobreza, na verdade, apresenta múltiplas facetas e dimensões, que se mostram de forma ainda mais concreta num país de dimensões continentais e tamanha heterogeneidade como o Brasil. Tomando como ponto de partida essa forma plural de pobreza, este terceiro capítulo tem o objetivo de analisar o problema por três óticas diferentes: a da renda, a das condições de infra-estrutura domiciliar e a da presença de bens de consumo duráveis no domicílio. A escolha da unidade domiciliar como foco da análise justifica-se por ser, como afirma Sonia Rocha,

- ...a mais abrangente em relação à população como um todo e levar em conta a estratégia de sobrevivência normalmente adotada pelas pessoas: recorrer aos indivíduos que tem rendimentos para o atendimento das necessidades dos sem rendimento nas famílias (ROCHA, 2003, p. 36).

O estudo foi feito aos níveis das grandes regiões do Brasil, a saber, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Foi feita também a distinção entre zona rural, zona urbana metropolitana e zona urbana não-metropolitana. O universo de análise é composto por domicílios com renda de até meio salário mínimo *per capita*, o que equivalia a R\$175,00 no ano da pesquisa. Este valor é largamente utilizado em pesquisas do gênero, como no trabalho de Kageyama e Hoffmann (2005). Para efeitos comparativos também foram incluídos os dados dos domicílios com renda *per capita* de até um salário mínimo (R\$350,00). A comparação é importante para evidenciar em que nível o rendimento *per capita* influencia nas condições de vida. A fonte de dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para o ano de 2006, a mais recente disponível na época da pesquisa. Os dados foram trabalhados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

3.1 - Dimensão renda

O objetivo da abordagem pela dimensão da renda é mostrar a distribuição dos domicílios situados abaixo das linhas de pobreza utilizadas, para que seja possível determinar onde se localizam os domicílios pobres em cada uma das grandes regiões brasileiras. Também foram consideradas as porcentagens de domicílios situados abaixo das linhas de pobreza e a densidade de pessoas por domicílio. A tabela 1 mostra os resultados obtidos para a linha de pobreza domiciliar de até meio salário mínimo *per capita*, que, em teoria, é uma aproximação bastante razoável para mensurar a pobreza absoluta no caso brasileiro.

Tabela 1

Distribuição dos domicílios pobres conforme situação censitária e região. Linha de pobreza de 1/2 salário mínimo per capita. 2006.						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Metropolitano	12,3	15,9	40,5	23,6	12,4	23,0
Urbano não-metropolitano	56,6	47,9	45,9	51,2	66,8	49,7
Rural	31,1	36,1	13,6	25,2	20,8	27,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de domicílios pobres	37,2	46,5	16,0	15,4	22,0	25,5
Densidade de pessoas por domicílio	4,5	4,3	3,6	3,6	3,5	4,1

Fonte: PNAD, 2006

De acordo com os dados apresentados, mais de 25% dos domicílios brasileiros têm renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo e, portanto, são considerados pobres. Isso equivale a quase quatorze milhões de unidades domiciliares. A região com situação mais desfavorável é o Nordeste, que possui uma porcentagem de domicílios pobres quase duas vezes maior que a média nacional (46,5%), enquanto que o Sul apresenta a situação mais favorável, com 15,4% dos domicílios localizados abaixo da linha de pobreza. Em situação também melhor que o Nordeste, aparecem as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente. Quase metade dos quatorze milhões de domicílios localizados abaixo dessa linha de pobreza se encontra no Nordeste, tornando essa região o grande depósito de pobres do país. A precariedade do domicílio também pode ser vista pelo número de pessoas que o habitam. Norte e Nordeste são os que apresentam densidade superior à média nacional. Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam números semelhantes. A extensão da pobreza no Nordeste faz dessa a região que mais influencia nos

números nacionais, puxando para cima os indicadores. Nem as situações mais favoráveis das regiões Sul e Sudeste conseguem contrabalançar a precariedade da condição nordestina.

A tabela 1 também mostra que a maior proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza se encontra nas áreas urbanas não metropolitanas. Cerca de 49,7% dos domicílios brasileiros com renda de até 1/2 salário mínimo *per capita* estão nessa situação, enquanto 23% se localizam nas metrópoles e 27,3% na zona rural. Pode-se perceber que a pobreza é um fenômeno das cidades. As regiões que destoam um pouco deste contexto são o Sudeste e o Nordeste, o primeiro por ter uma porcentagem de domicílios pobres muito maior que a média nacional na sua região metropolitana e o segundo por ter mais de 36% de pobres na zona rural. O caso do Sudeste pode ser explicado pelo tamanho das suas áreas metropolitanas, muito maiores que as das demais regiões e que, portanto, concentra uma população muito grande, enquanto que o Nordeste rural é conhecido como um dos grandes bolsões de pobreza do país.

Quando utilizamos uma linha de pobreza de um salário mínimo *per capita* (12) as proporções se mantêm razoavelmente constantes. Por esse critério, a proporção de domicílios pobres no país passa de 25,5% para 53,3%, uma quantidade mais que duas vezes maior. A maior parte dos domicílios pobres ainda se situa nas regiões urbanas não metropolitanas. O Nordeste ainda responde por metade dos domicílios brasileiros abaixo da linha de pobreza e tem uma porcentagem de domicílios nessa situação quase duas vezes maior que o Brasil como um todo.

Tabela 2

Distribuição dos domicílios pobres conforme situação censitária e região. Linha de pobreza de 1 salário mínimo per capita, 2006.						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Metropolitano	12,9	18,2	40,6	24,1	11,7	26,0
Urbano não-metropolitano	59,9	51,0	49,0	55,9	71,2	53,1
Rural	27,3	30,8	10,4	20,0	17,1	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% de domicílios pobres	68,5	75,5	42,7	42,0	52,1	53,3
Densidade de pessoas por domicílio	4,4	4,3	3,4	3,4	3,4	4,0

Fonte: PNAD, 2006

As tabelas 1 e 2 dão uma idéia da extensão da pobreza no Brasil e em suas regiões. É indiscutível que o Nordeste apresenta o pior caso, seguido por Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, respectivamente. A região concentra quase a metade dos domicílios abaixo da linha de

pobreza do país quando considerada a linha de pobreza de meio salário mínimo *per capita* e um terço quando utilizamos um salário mínimo. Não há dúvida de que a pobreza pela renda é muito grave no Nordeste. O Norte apresenta a segunda pior situação, com uma proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza superior às outras regiões (exceto Nordeste) e a mais alta densidade de pessoas por domicílio do país. As demais grandes regiões apresentam indicadores sempre abaixo da média nacional, denotando situação mais favorável. Os números também permitem concluir que a maior parte dos domicílios pobres está localizada nas áreas urbanas não-metropolitanas do país. Como colocado anteriormente, estes dados dão uma idéia do tamanho e da distribuição da pobreza, porém ignoram a forma com que ela se apresenta. As outras duas abordagens do problema estudadas neste trabalho visam elucidar esse ponto.

3.2 - Dimensão infra-estrutura domiciliar básica

A segunda dimensão analisa a das condições de infra-estrutura do domicílio. A infra-estrutura domiciliar é importante porque *“é parte essencial da qualidade de vida dos cidadãos e insumo importante pra atividade econômica”* (SUGAHARA; BELTRÃO, 2006). Foram selecionados três indicadores para medir a qualidade das condições de vida do domicílio: acesso a água através da rede geral de distribuição, acesso a luz elétrica e presença de rede coletora de esgoto ou fossa séptica na unidade domiciliar.

A tabela 3 mostra o percentual de domicílios em que se encontram os itens supracitados utilizando o primeiro corte de renda, ou seja, considerando aqueles que têm rendimento domiciliar de até meio salário mínimo *per capita*. Para análise mais detalhada, os domicílios foram desagregados tanto por grandes regiões como por situação censitária, exatamente como no caso da dimensão renda.

Tabela 3

Proporção de domicílios com acesso aos seguintes itens de infra-estrutura básica segundo situação censitária e macro-região. Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. 2006.				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Acesso a água de rede geral				
Norte	49,9	56,8	9,1	41,1
Nordeste	84,1	79,2	18,1	57,9
Sudeste	90,8	93,6	16,9	82,1
Sul	85,1	94,7	27,5	75,5
Centro-Oeste	87,3	82,4	12,9	68,6
Brasil	85,8	82,2	17,5	65,4
Rede coletora de esgoto ou fossa séptica				
Norte	79,6	40,3	13,2	36,7
Nordeste	53,1	49,6	8,6	35,3
Sudeste	79,2	83,5	20,4	73,2
Sul	82,7	62,7	32,4	59,8
Centro-Oeste	90,1	25,3	0,4	28,2
Brasil	71,6	56,6	12,5	48,0
Acesso a luz elétrica				
Norte	99,9	98,1	60,7	86,7
Nordeste	99,5	98,5	79,2	91,7
Sudeste	98,9	99,0	92,1	98,0
Sul	98,8	98,8	92,4	97,2
Centro-Oeste	99,1	99,2	84,7	96,2
Brasil	99,1	98,7	80,3	93,8

Fonte: PNAD, 2006

A primeira coisa que se nota é que o acesso à luz elétrica é bem disseminado por todo o Brasil. Quase 94% da população usufrui desse item. Nas áreas urbanas, metropolitanas ou não, a proporção é de mais de 99%, tornando o acesso a luz elétrica um fraco indicador da precariedade da condição de vida nos domicílios. Os dados mostram, inclusive, que as áreas metropolitanas de regiões sabidamente mais pobres, como Norte e Nordeste, apresentam situação mais favorável do que as regiões Sul e Sudeste. Parece seguro dizer que o tamanho das áreas metropolitanas das regiões mais desenvolvidas contribui para que a rede de energia elétrica não alcance determinados pontos. Em todo caso as porcentagens são todas muito próximas nas áreas urbanas de todo o país.

A zona rural, porém, apresenta diferenças importantes em sua configuração. Pouco menos de 20% dos domicílios rurais com renda de até meio salário mínimo *per capita* não tem acesso à luz elétrica. A situação mais desfavorável é a da região Norte, onde apenas 60,7% das unidades domiciliares usufruem desse serviço. O Nordeste tem a segunda pior situação, seguido pelo Centro-Oeste. As regiões Sul e Sudeste apresentam números similares, com porcentagens de

domicílios com acesso a este item superiores a 92%, o que significa uma infra-estrutura de qualidade bem razoável.

Os demais itens considerados são bem menos difundidos que a luz elétrica pelo país. A rede geral de distribuição de água alcança apenas 65,4% dos domicílios pesquisados e a discrepância é grande entre as regiões. O Norte mostra-se como aquele que tem o serviço mais falho, presente em apenas 41,1% dos lares, situação muitíssimo inferior ao restante do Brasil. A outra região que apresenta condição pior que a média nacional é o Nordeste, onde a água de rede geral alcança 57,9% das unidades domiciliares. Nas demais regiões o acesso é bem mais significativo, chegando a ser de 68,6% no Centro-Oeste, 75,5% no Sul e 82,1% no Sudeste.

A tabela também mostra que a rede geral de distribuição de água está concentrada especialmente na zona urbana e, diferentemente do que acontece com a questão da luz elétrica, há significativas diferenças entre as regiões. Como esperado, a pior situação é a dos domicílios pobres das cidades do Norte, onde o serviço atende a pouco mais da metade do universo estudado. Mesmo na região metropolitana, onde se espera que haja maior difusão dos itens básicos de infra-estrutura, o acesso é deficitário, abarcando apenas 49,9% das unidades domiciliares pobres. Para se ter idéia da situação precária da região Norte, as proporções nacionais são, respectivamente, 85,8% e 82,2% para as regiões metropolitanas e urbanas não-metropolitanas, muito superiores, portanto, ao que é observado nessa região. Sul e Sudeste aparecem de novo com os melhores índices, sempre com porcentagens maiores que 85% nas áreas urbanas metropolitanas e 90% nas áreas urbanas não-metropolitanas. São essas duas regiões as grandes responsáveis por elevar a média do país. No Centro-Oeste o serviço é muito eficiente na região metropolitana (cobre 87% dos domicílios), mas perde um pouco de força nas demais cidades, alcançando cerca de 82% de difusão. Na região Nordeste temos que pouco menos de 84,1% dos domicílios das regiões metropolitanas tem acesso a água de rede geral, enquanto essa porcentagem cai para 79,2% nas demais áreas urbanas, números um pouco inferiores a média nacional.

A zona rural apresenta uma situação bem diferente e muito mais precária. Apenas 17,5% dos domicílios do país localizadas abaixo dessa linha de pobreza utilizam a rede geral de distribuição de água. Existe uma diferença expressiva entre a região Sul, onde o serviço está

presente em 27,5% dos casos, e as demais. Surpreendentemente os domicílios pobres do Nordeste rural têm melhor acesso a água de rede geral que os do Sudeste (18,1% ante 16,9%). Centro-Oeste (8,9%) e Norte (8%) são os piores nesse quesito.

O ponto mais crítico da infra-estrutura domiciliar estudado nesse trabalho é o acesso a rede coletora de esgoto ou fossa séptica. Apenas 48% dos domicílios brasileiros com renda de até 1/2 salário mínimo *per capita* dispõe desse importante serviço. Este caso também é o que apresenta as maiores discrepâncias entre as situações censitárias. As regiões metropolitanas são as que têm a estrutura mais desenvolvida, fornecendo a rede coletora de esgoto a 71,6% dos domicílios analisados. A situação das áreas urbanas não-metropolitanas já se apresenta como bem inferior, com apenas 56,6% dos domicílios podendo usufruir do serviço. A zona rural apresenta um quadro péssimo, em que apenas 12,5% dos casos tem acesso a rede de esgoto ou fossa séptica.

Ao analisar os dados desagregados informações interessantes aparecem. Nas regiões metropolitanas, o serviço de coleta de esgoto é mais abrangente no Centro-Oeste, seguido pelo Sul, Norte, Sudeste e, muito atrás dos demais, Nordeste. Por sua complexidade, percebe-se que o serviço de coleta de esgoto é mais funcional em áreas que crescem com planejamento, por isso, a posição não tão boa da região Sudeste, antro de excesso de população em que saltam aos olhos complexos habitacionais irregulares e que não são contemplados com determinados serviços básicos. Surpreende a precariedade do serviço na área metropolitana do Nordeste, destoando do que a região apresentava até então. Isso mostra que a população mais pobre também cresce desordenadamente nas áreas metropolitanas desta região e o investimento em infra-estrutura está muito aquém do necessário. Quanto às demais áreas urbanas, apenas a região Sudeste apresenta situação satisfatória, seguida bem atrás pelo Sul, que também está um pouco acima da média do Brasil, e Nordeste, Norte e Centro-Oeste, todos estes, principalmente o último, com situação precária. O que chama a atenção, porém, são os casos das regiões Norte e Centro-Oeste, que apresentam uma discrepância muito grande entre o serviço prestado na zona metropolitana e nas demais cidades. Na zona rural, mais do que nunca, a situação é crítica. Sul e Sudeste são os casos menos precários, Norte e Nordeste estão em situação péssima, e no Centro-Oeste o item analisado não foi encontrado em quase nenhum caso pesquisado. A tabela 4 mostra os mesmos

indicadores, porém considerando o universo ampliado de domicílios com renda *per capita* de até um salário mínimo *per capita*.

Tabela 4

Proporção de domicílios com acesso aos seguintes itens de infra-estrutura básica segundo situação censitária e macro-região. Domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo. 2006.				
	Metropolitano	Urbano não metropolitano	Rural	Total
Acesso a água de rede geral				
Norte	54,4	59,2	9,6	45,1
Nordeste	86,7	83,0	19,2	64,0
Sudeste	92,8	95,2	19,3	86,3
Sul	86,9	94,1	29,7	79,5
Centro-Oeste	89,7	84,5	12,2	72,7
Brasil	88,8	86,3	18,9	72,9
Rede coletora de esgoto ou fossa séptica				
Norte	83,2	47,7	17,9	44,2
Nordeste	58,2	54,4	9,0	41,1
Sudeste	83,5	88,5	21,1	79,4
Sul	87,3	68,1	36,2	66,3
Centro-Oeste	91,9	29,8	0,9	32,1
Brasil	77,9	64,5	15,0	57,6
Acesso a luz elétrica				
Norte	99,6	98,6	65,8	89,8
Nordeste	99,7	98,7	80,4	93,3
Sudeste	99,4	99,6	93,6	98,9
Sul	99,4	99,3	94,9	98,4
Centro-Oeste	99,3	99,5	87,4	97,4
Brasil	99,5	99,1	83,2	95,9

Fonte: PNAD, 2006

Como esperado, a maior renda levou ao aumento das porcentagens de todos os indicadores, demonstrando que um rendimento superior permite que mais domicílios possam gozar das benesses de uma melhor infra-estrutura básica. A melhora, no entanto, não foi tão grande, principalmente no caso do número de domicílios com acesso a energia elétrica, que aumentou em apenas 2,1%. Acesso a água distribuída pela rede geral e presença de rede coletora de esgoto ou fossa séptica tiveram aumentos mais acentuados, de 7,5% e 9,6%, respectivamente.

Com os números da tabela 5 não é possível determinar com clareza se alguma população específica é mais beneficiada que as demais pelo aumento da renda. Os resultados são difusos, tanto no caso das comparações entre as grandes regiões quanto no caso da comparação entre situação censitária, mas algumas conclusões podem ser tiradas. Os domicílios das áreas urbanas não metropolitanas são aqueles que mais se beneficiam do aumento da renda na obtenção de

qualidade de vida, com 4,1% mais unidades domiciliares tendo acesso à água de rede geral, 7,9% a rede de esgoto ou fossa séptica e 0,5% à luz elétrica. As regiões mais pobres, Norte e Nordeste, são as que apresentam a mais aparente melhoria no quesito acesso a água de rede geral, com um aumento de 2,5% e 3,7%, respectivamente. Quando se trata da rede coletora de esgoto o destaque é o Norte, com um aumento de mais de 7%. Luz elétrica, como foi visto, já estava presente na quase totalidade dos domicílios das regiões urbanas do país, por isso teve aumento mais discreto, sendo bem pouco significativo em todas as regiões. Não obstante a melhoria das regiões mais pobres, elas ainda continuam apresentando condição muito abaixo da média nacional, pouco diferindo da situação anteriormente analisada. Esse aumento suave das porcentagens indica que uma maior renda é importante, mas não suficiente para se alcançar uma qualidade de vida digna.

A comparação da situação das regiões metropolitanas revela resultados parecidos não muito diferentes, com aumento ainda menor das porcentagens. A área metropolitana da região Norte é a mais beneficiada no quesito água de rede geral. Nordeste, Sul e Sudeste foram as regiões que tiveram melhora mais expressiva quando consideramos a presença de coleta de esgoto no domicílio. Luz elétrica, exatamente como no caso dos domicílios urbanos, não-metropolitanos, variou pouco, até caindo na região metropolitana do Norte. Com isso pode-se dizer que o grande problema a diferença entre as regiões mais pobres e mais ricas se manteve quase intacta. A situação geral do Nordeste e do Norte continua muito distante das regiões desenvolvidas. O Nordeste tem como principal problema a rede de esgoto, que está disponível a uma porcentagem de domicílios pobres ridiculamente baixa. No Norte o grande problema é o acesso a água de rede geral. As regiões metropolitanas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste já apresentavam condição muito boa de infra-estrutura e isso se manteve, com uma melhora discreta em alguns pontos.

A análise sobre os novos números da zona rural mostra uma situação ainda muito precária. Raros são os casos em que o aumento da renda permite condições de vida superiores. A melhora é muito pequena, menor ainda do que o observado nos domicílios situados nas áreas urbanas. O quadro permanece exatamente o mesmo, ou seja, domicílios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam péssima qualidade de infra-estrutura básica e no Sul e Sudeste a

situação é menos precária. Das grandes regiões que apresentam os piores indicadores, a que teve maior aumento foi o Norte. Mesmo assim essa ainda é a pior das zonas rurais.

O que ficou patente com a análise dos indicadores de infra-estrutura é que renda *per capita* mais alta não é sinônimo de melhora de qualidade de vida. O sistema de infra-estrutura ainda exclui demais a população pobre, principalmente fora das zonas metropolitanas. O pior caso é sempre o apresentado pela zona rural, onde a presença de serviços básicos é bem restrita, não importando a renda *per capita* do domicílio. Conclui-se também que as condições de vida nas regiões Sul e Sudeste são bem melhores que nas demais.

3.3 - Dimensão bens domiciliares

A terceira e última das dimensões estudadas é a dos bens domiciliares. A pesquisa inclui tanto bens de consumo duráveis, como geladeira, aparelho televisor e micro-computador, como bens de primeira necessidade (encanamento de água, banheiro ou sanitário) e alguns serviços, representados por telefone e internet. Diferentemente dos itens de infra-estrutura domiciliar, a presença ou não desses bens sofre mais influência da renda do domicílio do que da disponibilidade de serviço prestado por terceiros. Os resultados para a linha de pobreza de até meio salário mínimo *per capita* são apresentados na tabela 5.

Uma primeira olhada já denota que os bens domiciliares mais populares são banheiro ou sanitário, presente em 86,7% dos domicílios brasileiros, aparelho de televisão, em 85,5%, e água canalizada em pelo menos um cômodo, com um percentual de 77,6%. Logo depois aparecem geladeira (73,7%) e telefone fixo ou celular (49,2%). A presença de micro-computador e internet é notavelmente baixa. Apenas 3% dos domicílios têm acesso ao primeiro e 1,4% ao segundo. O alto preço do bem, a cobertura pequena do serviço de internet e a entrada recente dele na cesta de consumo do brasileiro se mostram como barreiras para sua difusão.

A análise da situação censitária mostra que os domicílios em melhor situação são os das regiões metropolitanas, seguido bem atrás pelos localizados nas áreas urbanas não metropolitanas e pelos domicílios rurais. Aqui aparece uma diferença em relação ao que foi visto no caso dos itens de infra-estrutura básica, onde a zona urbana não-metropolitana aparecia em situação tão

boa quando as metrópoles, pelo menos nas regiões com maior grau de desenvolvimento. A questão do acesso a bens duráveis, principalmente de consumo, é muito facilitada quando há um setor varejista amplo e desenvolvido, que é o que acontece nas regiões metropolitanas. As opções de acesso aos bens são bem mais limitadas em cidades de pequeno e médio porte e inexistentes no campo.

Tabela 5

Proporção de domicílios com acesso aos seguintes bens domiciliares segundo situação censitária e macro-região. Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. 2006.				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Telefone fixo ou celular				
Norte	47,2	36,4	8,9	29,2
Nordeste	49,3	21,5	7,7	19,2
Sudeste	57,2	44,5	18,4	48,0
Sul	61,1	54,2	34,1	50,4
Centro-Oeste	76,6	57,8	22,6	51,4
Brasil	55,0	34,4	10,9	31,5
Geladeira				
Norte	60,6	62,0	22,9	49,4
Nordeste	61,3	45,7	31,3	41,4
Sudeste	81,9	70,9	47,2	73,8
Sul	79,6	72,1	71,2	73,5
Centro-Oeste	85,9	72,4	56,0	70,0
Brasil	74,1	57,9	35,6	54,4
Micro-computador				
Norte	1,9	1,5	0,0	1,1
Nordeste	2,1	0,3	0,0	0,4
Sudeste	7,9	5,2	1,2	6,1
Sul	7,5	3,6	0,0	3,5
Centro-Oeste	7,8	3,4	0,0	3,1
Brasil	5,7	2,2	0,1	2,3
Internet				
Norte	0,0	0,5	0,0	0,3
Nordeste	1,0	0,1	0,0	0,2
Sudeste	6,1	3,3	1,2	4,4
Sul	4,7	2,2	0,0	2,2
Centro-Oeste	6,3	1,5	0,0	1,7
Brasil	4,0	1,3	0,1	1,5
Televisor				
Norte	77,9	75,6	32,4	62,1
Nordeste	81,8	75,8	55,2	67,3
Sudeste	85,6	81,5	50,5	80,6
Sul	79,8	79,2	69,8	76,8
Centro-Oeste	92,2	80,0	52,2	74,6
Brasil	83,8	77,9	54,3	71,6
Água canalizada em pelo menos um cômodo				
Norte	68,4	60,1	25,4	50,2
Nordeste	78,3	73,8	23,9	51,9
Sudeste	91,4	92,0	67,3	89,5
Sul	93,6	94,3	74,0	88,7
Centro-Oeste	95,3	89,8	59,7	83,1
Brasil	86,4	80,6	31,9	66,1
Banheiro ou sanitário				
Norte	88,5	86,7	58,1	77,8
Nordeste	86,7	81,7	40,2	63,7
Sudeste	94,3	95,3	70,2	92,6
Sul	94,1	95,7	85,0	92,5
Centro-Oeste	98,4	95,0	72,9	90,0
Brasil	91,6	86,5	47,8	75,7

Fonte: PNAD, 2006

A comparação intra-regional não altera o que já se sabe. Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as regiões que apresentam os domicílios com melhores indicadores, com Norte e Nordeste bem atrás. Uma diferença importante é que os números mostram que as regiões urbanas não-metropolitanas do Centro-Oeste estão a par com as do Sul e Sudeste, o que não acontecia com a infra-estrutura domiciliar. Há também maior homogeneidade entre as porcentagens na comparação entre as grandes regiões. Na maioria dos casos a pior região apresenta números muito próximos à média nacional. Isto confirma que a presença ou não de bens domiciliares está muito mais ligada à renda auferida pelo domicílio do que os itens de infra-estrutura básica.

A comparação com a amostra ampliada de domicílios (tabela 6) não mostra muitas diferenças. É verdade que uma porcentagem maior de domicílios passou a apresentar os bens duráveis, mas o aumento foi relativamente pequeno e a ordem hierárquica entre as regiões permaneceu inalterada. Os domicílios do Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam, como sempre, qualidade de vida superior aos do Norte e Nordeste. As proporções entre as três melhores regiões são, mais uma vez, bastante semelhantes. Norte e Nordeste continuam em situação mais precária e com indicadores também muito semelhantes entre si, exatamente como no caso anterior.

É possível perceber que os domicílios mais beneficiados com o aumento da renda *per capita* foram os das áreas urbanas não metropolitanas, seguido pelos das áreas rurais e por último pelos das áreas metropolitanas, que continuam sendo os que apresentam melhor situação. No caso das áreas urbanas não-metropolitanas chama a atenção o caso da região Nordeste, que foi a que apresentou melhoria mais notável nas condições de vida. Mas no geral o corte mais alto de renda mostra uma melhora pouco significativa nas condições de vida dos domicílios.

No geral os bens domiciliares são um pouco menos disseminados que os itens de infra-estrutura para a população pobre, principalmente computador e internet. A baixa renda mostra-se como o principal obstáculo ao acesso a esses bens, e a situação não pode ser compensada com investimento de terceiros, como no caso da infra-estrutura. A proximidade entre as porcentagens na comparação entre regiões fortalece esse argumento. Excetuando a renda, o fator realmente relevante mostrado pelos números é o desenvolvimento do varejo local.

Tabela 6

Proporção de domicílios com acesso aos seguintes bens domiciliares segundo situação censitária e macro-região. Domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo. 2006.				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Telefone fixo ou celular				
Norte	73,7	58,9	21,6	50,6
Nordeste	74,7	49,6	17,5	44,3
Sudeste	78,7	70,9	39,0	70,8
Sul	84,3	76,9	58,2	75,0
Centro-Oeste	88,3	74,6	52,0	72,3
Brasil	78,5	63,5	28,6	60,1
Geladeira				
Norte	82,8	84,2	43,5	72,9
Nordeste	84,5	75,5	47,5	68,5
Sudeste	96,3	92,8	77,9	92,7
Sul	96,0	94,6	88,2	93,4
Centro-Oeste	93,9	91,5	75,8	89,1
Brasil	92,5	86,1	59,0	82,1
Micro-computador				
Norte	4,7	3,2	0,3	2,6
Nordeste	5,5	3,0	0,4	2,7
Sudeste	12,0	10,1	2,1	10,1
Sul	13,1	10,5	2,5	9,5
Centro-Oeste	12,7	5,8	1,3	5,8
Brasil	10,2	6,6	1,0	6,4
Internet				
Norte	1,9	1,0	0,0	0,9
Nordeste	3,1	1,5	0,1	1,4
Sudeste	7,2	5,8	0,5	5,8
Sul	7,1	5,5	0,4	4,8
Centro-Oeste	5,7	2,4	0,2	2,4
Brasil	5,9	3,5	0,2	3,4
Televisor				
Norte	95,0	90,6	55,5	81,6
Nordeste	94,3	91,0	66,4	84,0
Sudeste	96,7	94,5	82,8	94,2
Sul	95,0	93,4	86,6	92,4
Centro-Oeste	96,6	91,9	76,3	89,8
Brasil	95,9	92,5	71,0	88,9
Água canalizada em pelo menos um cômodo				
Norte	79,8	77,8	41,4	68,2
Nordeste	90,9	87,2	34,2	71,5
Sudeste	98,1	98,0	83,6	96,5
Sul	98,2	98,0	92,8	97,0
Centro-Oeste	97,6	96,1	81,5	93,8
Brasil	96,5	92,1	53,6	84,9
Banheiro ou sanitário				
Norte	95,4	94,0	77,0	89,5
Nordeste	96,3	92,5	56,6	82,1
Sudeste	99,2	99,1	89,5	98,1
Sul	98,2	98,5	94,1	97,5
Centro-Oeste	99,0	98,7	89,5	97,1
Brasil	98,2	96,2	71,2	91,5

Fonte: PNAD, 2006

3.4 - Índices

Os índices dão uma idéia geral das condições de vida dos domicílios em cada uma das regiões do Brasil comparadas com o país como um todo. O cálculo de cada índice se deu pela soma das proporções de domicílios com acesso a cada um dos itens dividido pelo número de variáveis pesquisadas. Para efeitos de comparação, tomou-se a média nacional como a referência, indicada pelo valor 100. Regiões que apresentam índice superior 100 estão em condições melhores que a média nacional, enquanto que aquelas que apresentam resultado inferior estão em situação abaixo da média.

A tabela 7 mostra os resultados do índice de infra-estrutura domiciliar para os domicílios com até meio salário mínimo de renda *per capita*. A referência utilizada foi o Brasil como um todo, sem distinção entre situação censitária.

Tabela 7

Índice de infra-estrutura domiciliar (referência = Brasil, total). Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. 2006				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Norte	110,8	94,2	40,0	79,4
Nordeste	114,3	109,7	51,2	89,3
Sudeste	129,8	133,3	62,5	122,3
Sul	128,7	123,7	73,5	112,2
Centro-Oeste	133,4	99,9	47,3	93,1
Brasil	123,9	114,6	53,2	100,0

Fonte: PNAD, 2006

Os dados apresentados confirmam o que já se desenhava na análise dos itens em separado. Os domicílios das áreas metropolitanas e urbanas não-metropolitanas do país têm uma infra-estrutura muito superior ao das áreas rurais. Estas últimas sempre estão abaixo da média nacional. As regiões mais ricas do país, Sul e Sudeste, apresentam geralmente boa infra-estrutura nos domicílios pobres urbanos, com indicadores muito próximos entre as áreas metropolitanas e não-metropolitanas e valores sempre acima da média do Brasil urbano. As demais apresentam situações diversas. O Centro-Oeste mostra claramente uma infra-estrutura boa na sua região metropolitana, superando até mesmo o Sul e o Sudeste, enquanto tem indicadores muitíssimo

piores nas outras áreas urbanas, ficando abaixo da média do Brasil urbano não-metropolitano. Nordeste e Norte aparecem com índices sempre abaixo da média nacional considerando a situação censitária, porém é este último que apresenta a infra-estrutura mais precária, tendo uma condição inferior até mesmo ao Brasil como um todo nas áreas urbanas não metropolitanas. A pobreza rural invariavelmente apresenta-se como muito pior que sua contraparte urbana, com a falta de qualidade de vida chegando a níveis alarmantes. Os índices são sempre muito menores que a média nacional geral, independente da região analisada. O melhor caso é o da região Sul, seguido pelo Sudeste. Uma observação interessante é que os domicílios pobres do Nordeste rural apresentam condição melhor que os do Norte e Centro-Oeste. Podemos concluir, então, que a extensão da pobreza nordestina é de alguma forma contrabalançada por uma infra-estrutura mais desenvolvida, contribuindo para que a qualidade de vida na zona rural não seja a pior possível. Os pobres do Nordeste, embora mais numerosos, apresentam uma qualidade de vida melhor do que os do Norte e Centro-Oeste pela ótica da infra-estrutura. Essa é uma constatação que escapa quando utilizamos apenas o critério de linhas de pobreza.

A tabela 8 apresenta os índices de infra-estrutura domiciliar para a linha de pobreza de um salário mínimo *per capita*, ainda tendo como referência o Brasil como um todo, sem distinção entre situação censitária.

Tabela 8

Índice de infra-estrutura domiciliar (referência = Brasil, total). Domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo. 2006				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Norte	104,8	90,8	41,2	79,1
Nordeste	108,0	104,3	48,0	87,6
Sudeste	121,8	125,1	59,2	116,9
Sul	120,9	115,5	71,0	107,8
Centro-Oeste	124,1	94,4	44,4	89,3
Brasil	117,6	123,6	51,7	100,0

Fonte: PNAD, 2006

O que é interessante notar nessa tabela é que os indicadores do Brasil como um todo convergem para a média geral, indicando uma menor desigualdade entre infra-estrutura quando utilizamos uma linha de pobreza de um salário mínimo *per capita*. Isto é visível no caso dos

domicílios metropolitanos, mas não acontece nas áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde a distância entre a pior região e a melhor aumentou. Comparando as situações censitárias, o caso dos domicílios do campo é especialmente ruim, uma vez que eles se distanciaram ainda mais do restante do país. O fenômeno de convergência em direção a média nacional fica mais claro na tabela 9, que utiliza como referência o Brasil por situação censitária, não mais como um todo. O objetivo é a comparação dos índices entre as regiões dependendo da situação censitária.

Tabela 9

Índice de infra-estrutura básica (referência = Brasil por situação censitária). 2006.								
	Metropolitano		Urbano não-metropolitano		Rural		Total	
	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM
Norte	89,4	89,1	82,2	73,4	75,2	79,7	79,4	79,1
Nordeste	92,3	91,9	95,7	84,4	96,1	92,8	89,3	87,6
Sudeste	104,8	103,6	116,3	101,2	117,3	114,4	122,3	116,9
Sul	103,9	102,8	107,9	93,4	138,1	137,3	112,2	107,8
Centro-Oeste	107,7	105,8	87,1	76,4	88,8	85,8	93,1	89,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2006

O que fica patente é a tendência de homogeneização dos índices das regiões, como pode ser visto pelas duas últimas colunas. Enquanto a diminuição dos índices do Sul e Sudeste é grande, a das regiões Nordeste e, principalmente Norte, é bem mais sutil. A distância entre as regiões mais ricas e mais pobres caba se tomando menor, portanto. É razoável supor, então, que o acesso aos itens de infra-estrutura doméstica está mais diretamente relacionado à renda nas regiões menos desenvolvidas do país. Nestes casos um aumento do rendimento do domicílio tem mais impacto na melhora das condições de vida do que nas regiões mais ricas.

No caso da região Norte este fenômeno é causado pelo comportamento da zona rural, que teve um salto bem expressivo. De fato, os domicílios do Norte rural eram os que apresentavam piores condições de infra-estrutura, mais passíveis, portanto, de melhoria através do aumento da renda. No Nordeste chama atenção a situação das áreas metropolitanas e urbanas não-metropolitanas, que inclusive colocam essa região como melhor que o Centro-Oeste em infra-estrutura. Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram a maior queda nos índices, o que não quer dizer que o aumento da renda acaba por piorar as condições de vida (foi visto nos itens anteriores que isso não é verdade), mas sim que a melhoria foi menor do que a média do país.

Os mesmo índices foram calculados para os bens domiciliares. A tabela 10 traz os resultados do índice de bens domiciliares para os domicílios com renda de até meio salário mínimo *per capita*. A referência utilizada é o Brasil como um todo, sem distinção entre situação censitária.

Tabela 10

Índice de bens domiciliares (referência = Brasil, total). Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, 2006				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Norte	108,8	102,7	56,4	89,0
Nordeste	113,6	100,0	55,6	86,1
Sudeste	124,2	118,3	94,3	117,4
Sul	124,1	120,3	106,6	117,8
Centro-Oeste	127,0	117,5	95,5	114,1
Brasil	120,1	108,5	67,5	100,0

Fonte: PNAD, 2006

Nota-se que, como os dados desagregados já apontavam, os domicílios metropolitanos são os que têm melhor acesso aos bens duráveis, seguidos pelos domicílios urbanos não metropolitanos e, em condição muito desfavorável, os rurais. As regiões Norte e Nordeste apresentam situação bem pior que as demais, ficando sempre abaixo da média do Brasil. Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm domicílios que usufruem de melhor acesso aos bens, podendo ser considerados como tendo qualidade de vida superior. É interessante destacar os domicílios rurais da região Sul, cujo índice está acima da média nacional e é maior até que as áreas urbanas não-metropolitanas do Norte e do Nordeste.

Tabela 11

Índice de bens domiciliares (referência = Brasil, total). Domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo, 2006				
	Metropolitano	Urbano não-metropolitano	Rural	Total
Norte	104,7	99,1	57,9	88,6
Nordeste	108,7	96,8	53,8	85,7
Sudeste	118,0	113,9	90,8	113,2
Sul	118,7	115,4	102,2	113,5
Centro-Oeste	119,4	111,4	91,0	108,9
Brasil	113,9	105,7	68,7	100,0

Fonte: PNAD, 2006

Os índices para a linha de pobreza de um salário mínimo *per capita* (tabela 11) mostra resultados semelhantes ao que foi constatado para os índices de infra-estrutura básica. Há convergência dos índices para a média nacional, de novo significando que a maior renda permite que domicílios das regiões mais pobres tenham melhora de condição de vida mais acentuada do que a média. A tabela 12 mostra mais claramente esse efeito.

Tabela 12

Índice de bens domiciliares (referência = Brasil por situação censitária). 2008.								
	Metropolitano		Urbano não-metropolitano		Rural		Total	
	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM	1/2 SM	1 SM
Norte	90,6	92,0	94,6	93,7	83,6	84,3	89,0	88,6
Nordeste	94,6	95,4	92,2	91,6	82,4	78,4	86,1	85,7
Sudeste	103,4	103,6	109,0	107,8	139,7	132,2	117,4	113,2
Sul	103,4	104,2	110,9	109,2	157,9	148,9	117,8	113,5
Centro-Oeste	105,7	104,8	108,2	105,4	141,4	132,6	114,1	108,9
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2008

Exatamente como no caso dos itens de infra-estrutura básica, os índices da maioria das regiões convergiram para a média nacional com o aumento da linha de pobreza. Sudeste, Sul e Centro-Oeste, regiões com índices acima da média, apresentaram redução dos seus números. Norte e Nordeste se mantiveram praticamente constantes, algumas vezes caindo, algumas vezes elevando seus indicadores. Deve-se salientar, porém, que o Nordeste é o que apresenta condição mais desfavorável no acesso a bens duráveis, reflexo da extensão da pobreza nessa região. A melhora proporcionada pelo aumento da linha de pobreza foi insuficiente para tirá-la dessa situação.

Depois de analisadas as três dimensões da pobreza e os índices comparativos, a conclusão a que se chega é que a o afrontamento da questão por apenas uma de suas facetas é insuficiente e pode levar a escolhas equivocadas de política. O problema assume diferentes formas dependendo da região do país e da situação censitária. A região Nordeste apresenta uma grande quantidade de domicílios localizados abaixo da linha de pobreza, o dobro da média nacional, e um sistema de infra-estrutura deficiente, que exclui grande parte da população de baixa renda. No Norte a extensão da pobreza não é tão grande quanto no Nordeste, a porcentagem de domicílios pobres é

próxima da média do país, mas o quesito infra-estrutura é o pior do Brasil, fazendo da qualidade de vida dessa população a pior possível. A característica principal do Centro-Oeste é a grande desigualdade de desenvolvimento entre sua região metropolitana e o restante. A população pobre das zonas urbana não-metropolitana e rural tem uma qualidade de vida muito aquém daqueles que vivem na metrópole. Sul e Sudeste são os casos menos dramáticos, mas ainda assim indesejáveis. Estas são as regiões que apresentam menor proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza e uma infra-estrutura urbana muito boa. Nessas duas regiões de alto grau de desenvolvimento a dimensão relevante da pobreza é a insuficiência de renda.

A pior situação, porém, é apresentada pelos domicílios da zona rural, independentemente da região. Segundo a PNAD de 2006, os domicílios do campo representam 14,2% do total do país, enquanto que essa proporção aumenta para cerca de 27% quando considerados aqueles que possuem renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo e mais 20% daqueles com rendimento menor ou igual a 1 salário mínimo *per capita*, um valor desproporcional. A extensão da pobreza, portanto, é muito maior no campo do que nas cidades. Os domicílios rurais também apresentam deficiência muito evidente tanto na infra-estrutura quanto no acesso a bens duráveis. A situação rural combina, então, tanto a faceta de insuficiência de renda quanto a de falta de condições de vida da pobreza, ambas em nível dramático. Não existe dúvida de que o campo é o grande bolsão da pobreza extrema no país e necessita urgentemente de medidas visando o aumento da renda *per capita* e a melhoria das condições de infra-estrutura local.

O que se pretendeu demonstrar nesse capítulo foi que as diferenças de condição de vida da população pobre dependem tanto da região quanto da situação censitária e são grandes demais para serem ignoradas. Isto posto, torna-se de suma necessidade a existência de estudos cuidadosos para definir as particularidades da pobreza para cada população e, só a partir daí, formular políticas visando sua erradicação. A existência de um grande número de entidades debatendo sobre o tema, elaborando formas mais precisas de mensuração da pobreza, bem como trabalhando em meios de tratá-la que levem em conta as características de cada caso, é um sinal extremamente positivo. Há esperança de que dessa forma a pobreza relevante possa ser, se não eliminada, pelo menos amenizada no futuro.

Capítulo 4 – Conclusões

Este trabalho teve por objetivo mostrar que existem diferenças nem um pouco desprezíveis entre as condições de vida dos domicílios pobres nas diferentes regiões do Brasil e dentro do próprio estrato de pobreza. Isto foi feito através da análise da questão por três pontos de vista diferentes, o da renda, o do acesso a itens de infra-estrutura básicos e o da presença de certos bens duráveis nos domicílios brasileiros. A conclusão é de que existem diversos tipos de pobreza relevante no país e elas não podem, de maneira alguma, serem consideradas algo uniforme e facilmente determinável.

Não obstante a isso, os principais resultados da pesquisa foram que, enquanto a dimensão renda mostra que a extensão da pobreza é muito maior no Nordeste do que nas demais grandes regiões, a abordagem pela ótica dos itens de infra-estrutura doméstica demonstra que a condição de vida dos domicílios pobres do Norte é a pior do país. A questão da diferença de qualidade de vida dentro das regiões também ficou bem explicitada. É notório em todos os casos que os domicílios da zona rural têm uma qualidade de vida muito abaixo daquela apresentada pelos domicílios urbanos, mesmo quando se eleva a linha de pobreza utilizada. Existem também situações como a apresentada pela região Centro-Oeste, em que a infra-estrutura metropolitana é muito desenvolvida, enquanto a das demais áreas urbanas é bastante precária. O que fica evidente mais uma vez é a necessidade de se determinar a pobreza relevante de cada caso. Só assim é possível encontrar uma forma de tratamento adequada.

Como já mencionado, a pobreza ainda é um grande problema no Brasil, mas felizmente há alguns estudiosos que enxergam o momento atual como um tempo de mudança a favor da população menos favorecida. Rodolfo Hoffmann e Ângela Kageyama (2005) acreditam que a zona rural brasileira passa, desde 1995, por um momento de crescimento pró-pobre, ou seja, a renda média das pessoas pobres do campo cresceu mais do que a média geral. Há também relatos de que os programas sociais do governo estão atingindo exatamente a população a que se destinam, com poucos desvios. Pesquisa de Soares *et al* (2006) mostra que tanto o Benefício de Prestação Continuada (BPC) quanto o Bolsa-Família são programas bem focalizados. Cerca de 74% da renda declarada do BPC e 80% da renda do Bolsa-Família alcança as famílias situadas abaixo da linha de pobreza de meio salário mínimo *per capita*. O artigo também constata que

estes programas em conjunto foram responsáveis por 28% da queda do índice de Gini no período 1995-2004.

Crescimento pró-pobre e programas de redistribuição de renda são medidas de inegável importância, mas combatem apenas um tipo de pobreza, a causada pela insuficiência de renda. Como vimos, esse não é o caso da maior parte dos domicílios brasileiros. Aqueles que apresentam privações em termos de condições de vida carecem de outra forma de tratamento, que privilegie políticas de investimentos em infra-estrutura. Este seria o caso principalmente das áreas rurais, da área urbana não-metropolitana do Centro-Oeste e das regiões Norte e Nordeste como um todo. Também não podemos ignorar aqueles que estão em condição de extrema pobreza, ou seja, são carentes de renda e de necessidades básicas, além de provavelmente se encontrarem excluídos dos mercados de trabalho organizados. Estes somavam 2,6 milhões de pessoas em 2004 (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2005) e sua condição é produto do subdesenvolvimento regional e local e das limitações de capital humano e financeiro das famílias. Nesse caso apenas fortes investimentos visando o desenvolvimento da infra-estrutura local e em programas com foco na educação e na capacitação profissional seriam capazes de amenizar o problema.

Por fim, espera-se que o debate acerca da pobreza não se esgote e continue entre as prioridades da agenda dos diversos setores da sociedade. Somente a atuação conjunta dos governos, dos grupos sociais e das demais organizações com interesse no tema vai permitir que apareçam soluções mais funcionais que o crescimento econômico ou a redistribuição de renda como medidas para combater a pobreza.

Referências bibliográficas

ANTUNES, D. J. N.; GIMENEZ, D. M.; FAGNANI, E. Crescimento econômico e pobreza. *Carta Social e do Trabalho* n.4, p. 5-13, maio/agosto 2006.

BANCO MUNDIAL. 1990. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. A pobreza. Washington, D. C. : Banco Mundial.

IPEA. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 800, 2001.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade* n. 26. Campinas: UNICAMP/ IE, 2006.

LEONE, E. Pobreza e Trabalho no Brasil: Análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80. Tese de Doutorado, 1994

OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: Um roteiro de estudo. *São Paulo em perspectiva*, n.2, vol.4, abril/junho 1990.

POCHMANN, M. Indicadores de pobreza e pobreza dos indicadores. *Carta Social e do Trabalho* n.4, p. 56-63, maio/agosto 2006.

REDDY, S. Are estimates of poverty in Latin America reliable? *One Pager* n.52. International Poverty Centre, 2008.

ROCHA, S. "Linhas de Pobreza para as Regiões Metropolitanas na primeira metade da década de 80". In *Anais da ANPEC* (Vol. IV). Belo Horizonte: ANPEC, Dezembro 1988.

_____. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27 n. 2, p. 313-352, ago. de 1997.

_____. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 244p.

_____. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea. Rio de Janeiro, 2004.

SEN, A. Poor, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

SOARES F. V. *et al.* Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2006.

SOARES, L. T. Desenvolvimento e justiça social na América Latina: modernização ou retrocesso? Emprego e desenvolvimento tecnológico: experiências sindicais, setoriais e regionais, p. 135-155, 2002.

TOWNSEND, P. The international analysis of poverty national analysis of poverty. Londres: Prentice-Hall, 1993.

WORLD BANK. 2000-2001. World Development Report. Attacking Poverty. Washington, D. C. :The World Bank Group.